

## O CASAL, A FAMÍLIA E OS BENS MATERIAIS

*Luigi Ghia (texto reduzido)*

Nas notas de um dólar dos EUA podemos ler: *In God we trust*, ou seja, em Deus confiamos. Com alguma “malícia”, seria perfeitamente normal perguntarmo-nos se não seria mais apropriada uma outra expressão, oposta mas muito próxima quanto ao eco: *In gold we trust*, ou seja, *confiamos no ouro, no dinheiro, na riqueza*. E é bastante difícil resistir à tentação de pensar que este poderia ser o lema de muitos casais e famílias, mesmo cristãos. O que justifica, na minha opinião e com toda a razão, a escolha do tema das jornadas pelos meus amigos croatas, pois evidencia bem o problema, ainda não resolvido, da ligação das famílias e casais aos bens materiais em todos os níveis da existência humana: ao nível antropológico e sociológico, ao nível económico e ético, e enfim, em relação à Igreja.

Apresentarei aqui uma ligação que se desenvolverá tendo em conta um contexto antropológico e sociológico (na maior parte dos casos), e por isso quero dizer, desde já, que todos estes níveis são interdependentes. A antropologia, como dizia e bem o antropólogo cultural Paul Mercier<sup>i</sup> – *está preocupada com a totalidade*, o que quer dizer que esta gosta de estudar os problemas humanos explorando-os na sua totalidade. Marcel Mauss<sup>ii</sup>, autor de um livro fundamental sobre a dádiva/o dom, defende que o fenómeno social é um *fenómeno social total*, onde o corpo, a alma e a sociedade – ou seja, a dimensão física e psicológica dos seres vivos, assim como a sua dimensão sociológica e histórica (ou diacrónica) – se misturam para se unir. Trata-se de uma visão holística/global que deve ser considerada analisando os comportamentos humanos nas suas diferentes dimensões. O que é válido também para os processos económicos, particularmente relacionados com o tema tratado aqui. Muitas vezes, quando falamos em economia, temos a tendência a realçar os aspectos deterministas destas “leis”. É preciso dizer, desde já, que estas leis económicas não são fixas, nem imutáveis, e sobretudo, não são supremas, mesmo se o sistema, sustentado nestas leis, tem como objectivo manipular as pessoas, só tendo em conta os seus próprios interesses.

É por isso que temos o dever de nunca achar que tudo está conquistado e de nunca alienar a nossa análise crítica. É o que me proponho fazer nesta comunicação, articulada em cinco pontos. O primeiro tem por objectivo analisar o contexto em que vivemos; o segundo, analisar a função do dinheiro e dos bens em geral, frequentemente idolatrados e por consequência nefastos; depois, no terceiro ponto proponho-me fazer a distinção entre bens e mercadoria, para tentar perceber o funcionamento do dito *crescimento*, questionando, ao mesmo tempo, se um decrescimento económico pode ser benéfico; o quarto será uma breve alusão à economia familiar e, para acabar, no quinto ponto tentaremos perceber como utilizar o dinheiro na família e, finalmente, qual a mensagem que podemos transmitir aos noivos e casais com os quais nos cruzamos.

### 1. O contexto

O contexto no qual vivemos coloca-nos, sem dúvida, em certas situações duvidosas dada *a sua origem*, ou seja, são situações onde a dificuldade ou a incerteza do raciocínio é posta à prova face a argumentos aparentemente opostos. Farei uma simples referência a duas situações onde esta incerteza pode ser relevante quanto ao tema que vamos tratar. Uma das características da globalização é fazer “encolher” o mundo. Vivemos num mundo cada vez mais “pequeno”, e no entanto - como disse Bento XVI na Encíclica *Caritas in Veritate* – esta oportunidade aproxima-nos, mas não nos torna mais fraternais

(nº19). Trata-se de um problema (para os cristãos, uma contradição) difícil de resolver. Vivemos num mundo onde as finanças, a informação, a tecnologia, os sistemas de produção, o comércio se internacionalizaram, e contudo os valores partilhados são cada vez mais raros. Pelo contrário, quanto mais o nosso planeta se globaliza, mais os valores se individualizam. Assistimos a um acordo tácito para pôr entre parêntesis a ética. Na realidade, a ética, hoje em dia, sofre uma verdadeira *desregulação*, e já não é considerada como uma garantia na vida civil, tornou-se numa espécie de “corda ao pescoço”. O que se verifica também ao nível das instituições. O detentor do poder económico organiza-se para produzir os bens e serviços, ignorando as regras de ética mais elementares; o detentor do poder político deveria distribuir os bens de uma forma equitativa, mas não é obrigado a fazê-lo, ou não deseja fazê-lo (mesmo se já o prometeu várias vezes).

Outro dos fenómenos duvidosos é o mercado. Claro, todos nós aplaudimos a queda das ideologias e dos muros. As economias planificadas já não existem, excepto nos livros de História e na vontade de alguns resistentes. Estamos integrados, todos nós, numa economia de mercado. Teoricamente, o mercado é um instrumento maravilhoso, mas na prática tem defeitos. O primeiro defeito é não ser neutro. Contribui para tornar os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Por outro lado, e sobretudo, diria que ele não tem a capacidade de corrigir as suas próprias malformações através de um processo de auto-regulação. A “mão invisível” proposta com ênfase por Adam Smith<sup>iii</sup>, é muitas vezes rígida e estática. Tudo isto terá a ver com a família e o uso do dinheiro pela família? Sim, claro! Pois o mercado - não tendo regras - não tem a possibilidade, ou talvez nem a vontade, de satisfazer todas as necessidades: algumas destas escapam à sua lógica. E trata-se justamente de necessidades relacionadas com a família: por exemplo, tudo o que diz respeito às pessoas mais velhas, à escola, aos emigrantes, à Saúde Pública. O mercado - como o afirma preocupado o Papa na Encíclica acima referida - *não é, e não pode vir a ser o lugar onde o mais fraco é humilhado pelo mais forte*. É, talvez, um desejo, mas a realidade é bem diferente.

Voltamos ao nosso tema. O mercado redefiniu os nossos estilos de vida e modelos culturais. Os nossos pais talvez, os nossos avós certamente, não viveram como nós vivemos. Antes era impensável imaginar ter todos os recursos que temos hoje e sem os quais não podemos passar. Os novos meios de comunicação mudaram a nossa concepção do tempo, projectando-nos dentro de um presente indefinido onde nos posicionamos - é uma sugestão do filósofo Walter Benjamin<sup>iv</sup>. Como o *Angelus Novus* do quadro pintado por Klee, empurrado irresistivelmente por uma tempestade para um futuro ao qual nós viramos costas, enquanto o nosso rosto, a nossa boca aberta e as nossas asas estão virados para o passado que percebemos como uma catástrofe monstruosa. Outra metáfora: somos como peixes que se agitam numa garrafa de água, repelidos pelas paredes - em nós e à nossa volta, existe uma infinidade de desejos que se agitam enquanto esperam ser realizados. Os nossos avós também tinham desejos, mas muito mais limitados. E no entanto, tendo conseguido o objecto do desejo, eles consideravam-se satisfeitos, e por muito tempo. Actualmente o desejo ganha uma vida própria. O bem relacionado com o desejo possui uma mais-valia elevada, mas o seu valor de uso cai no mesmo instante em que é comprado, porque outro desejo se vai criar e é preciso satisfê-lo de imediato. Trata-se de uma dinâmica falsa, criada - e não apenas interceptada - pelo mercado. O verdadeiro problema para as famílias é que esta dinâmica não é identificável, e logo não é contestada. E as famílias nunca têm dinheiro que chegue.

## 2. O dinheiro e a riqueza

A expressão “a função do dinheiro” pode parecer ingénua, até pouco respeitosa, para com as famílias que, por causa da crise económica, têm dificuldade em chegar ao fim do mês, e cujo pesadelo são a terceira e quarta semana do mês. Impõem-se algumas reflexões sobre este tema. Aquele que tem mais dinheiro é rico, é claro. Mas não existe sempre uma ligação directa entre as duas coisas. É possível efectuar operações financeiras, e logo enriquecer, sem ter o dinheiro disponível.

A palavra “riqueza” evoca a abundância e o bem-estar; em inglês, para traduzir estas duas palavras diz-se *affluence*. Cada um de nós tem uma concepção pessoal, ligada à sua própria experiência, positiva ou negativa. Trata-se então de uma categoria individual mas também social. Segundo Adam Smith, estas duas perspectivas estão relacionadas. Quando todos os indivíduos estão em condições de atingir o máximo da sua própria riqueza individual, a “mão invisível” do mercado transforma as oportunidades individuais em riqueza social. Quer isto dizer: quando na economia o interesse privado é compatível com o interesse público, concretiza-se um sistema de complementaridade, onde o crescimento da riqueza individual permite o crescimento da riqueza colectiva, social. É mais ou menos como num lindo filme americano: o *happy end* (final feliz) é sempre garantido. Mas, por azar, outra coisa bem diferente acontece. Muita água passou debaixo das pontes desde que Adam Smith escreveu o seu ensaio sobre *a Riqueza das Nações* em 1770! O sistema económico apresentado por Adam Smith não é perfeito, nem existe actualmente. Somente aqueles que transformaram a economia e o mercado em ídolos, é que consideram este sistema como real. Não o é para as vítimas, sempre criadas por estes ídolos. É verdadeiro só para aqueles que acham “natural” este modelo económico, recusando ver a realidade dos factos e da história trágica dos nossos dias.

Apresento-vos algumas contradições.

A primeira refere-se à relação conflituosa – ou pelo menos contraditória – entre o consumo e a poupança. Os estudos sociológicos revelam que a tendência para a poupança baixou, e não só por causa da crise económica. Na realidade, estamos todos no seguimento de Keynes. O mais célebre dos economistas do século XX, John Mainard Keynes, afirmava que a poupança é um acto anti-social porque trava o crescimento do sistema económico e da ocupação. Eis porquê alguns dos nossos políticos nos dizem, sobretudo através da televisão: consumam, consumam o mais que puderem! Mas...será possível? É uma pena que o sistema de *welfare* (estado-social) diminua cada vez mais, e nos obrigue a abandonar o horizonte do curto prazo para lançar o olhar sobre o longo prazo. Seria preciso fazer como a formiga... mas, hoje em dia, já não somos capazes disso.

Aqui, devemos regressar a Adam Smith. Dizíamos que aqueles cujo interesse privado coincide com o interesse do Estado exercem o seu domínio no mercado. A questão é esta: como podemos medir esta coincidência? A resposta parece fácil: pelo parâmetro da riqueza. Seguindo este critério, aquele que mais enriquece, mais favorece o crescimento da produção nacional, ou seja, do Produto Interno Bruto (PIB). Mesmo não tendo em conta as condutas incorrectas ou imorais (numerosas no mundo dos negócios), é evidente que quem parte em vantagem, aquele que tem mais recursos, é o que obtém maiores benefícios! Pois o mercado vai-lhe retribuir proporcionalmente (através das suas leis de distribuição). Porém, aquele que, por vários motivos, não é produtivo, também não é recompensado (ou muito pouco), até chegar ao ponto de ter de ser sustentado pelo Estado para sobreviver (se existir este apoio social). Se acreditamos nisso – o que é evidente – o mercado é criador de desigualdades, de pobreza, tanto ao

nível individual como colectivo. O sistema de *welfare* (estado-social) foi criado para minorar a disparidade social, mas o seu fracasso é claro. Nestas condições, os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres e actualmente este fenómeno atinge também a dita *middle class*, a classe média<sup>v</sup>. A Igreja, apesar de nas suas Encíclicas sociais pregar a função universal dos bens<sup>vi</sup>, sofre de timidez social (e trata-se por vezes de um eufemismo!) estando mais atenta às perspectivas éticas relativas a outras questões. Por exemplo, a Igreja está bem mais atenta aos quartos de dormir dos seus fiéis do que às suas contas bancárias.

### 3. Crescimento ou decrescimento económico?

Ainda há quem acredite na possibilidade de um crescimento económico ilimitado. O capitalismo do século XX estava convencido disso. Os capitalistas de hoje ainda o dizem. No entanto, eles esquecem-se, ou fazem de conta que se esquecem, de que o aumento exponencial da população (sobretudo nas zonas mais pobres do planeta) assim como a utilização desmesurada dos recursos disponíveis (que têm um processo de renovação muito lento) tornam insustentável o ritmo actual do crescimento económico. Não é uma opinião, é um facto provado, incontestável se analisarmos com seriedade o ecossistema que pesa sobre os pobres e os empobrecidos do planeta. Num contexto de globalização, ou nos salvamos todos juntos, ou ninguém sairá ileso. Os casais e famílias deveriam perceber isso, mas infelizmente temos por hábito reflectir sobre estes problemas só depois de ter bem fechadas as portas e janelas da nossa casa.

O que é então o crescimento económico? Começo por dizer o que não é.

*Não* é o crescimento de bens materiais e imateriais que o sistema económico e produtivo põe à disposição da população durante um determinado período de tempo. Para muitos economistas clássicos essa definição é uma heresia! Mas porque é que não se trata de uma heresia? Porque a definição que eu rejeitei baseia-se na identificação de dois elementos que na realidade não se deixam identificar: os bens e as mercadorias. Uma mercadoria pode ser um bem, claro! mas nem todas as mercadorias são bens, nem todos os bens têm uma característica comercial. Porém, se tivermos em conta o PIB pelo qual se mede o crescimento de uma nação, reparamos que para o calcular se utiliza o valor monetário das mercadorias (e dos serviços) comercializados graças ao dinheiro. O cálculo do limiar da pobreza (relativa e absoluta) aceite pelas organizações internacionais (ou seja, 750 dólares por ano e por família, aproximadamente) considera a possibilidade de *comprar* bens ou serviços tendo exactamente 2 dólares por dia. Se temos como único dado este número, é evidente que estamos na categoria dos pobres, mas nem sempre e no absoluto: só se tivermos de comprar apenas o essencial para sobreviver. Os ditos “Bancos do tempo” (em França: SEL, Sistema local de troca<sup>vii</sup>) foram criados com o propósito de contestar este paradigma. Na realidade, actualmente a ideia de crescimento está ligada ao PIB: os economistas da via única, denunciada por Pierre Bourdieu, afirmam que quanto mais o PIB aumentar, mais o bem-estar das famílias aumentará. Então, é preciso que o PIB cresça para que a equação “crescimento da produção e do consumo = crescimento do PIB = bem-estar das famílias” seja respeitada. Eis o que pregam os economistas da via única: comprem! Qualquer coisa, mas comprem! Se têm em casa algo que está avariado, que tenham partido, não o mandem arranjar, substituam os aparelhos antiquados. Se têm em casa algo que já está obsoleto, ou seja, que esteja economicamente esgotado, que esteja fora de moda, deem fora, comprem algo de novo! Esta ideia de crescimento é ambígua, pois o paradigma deste modelo de crescimento é o dinheiro. O que quer dizer que: quanto mais o dinheiro

circular, mais a riqueza se vai expandir. E quanto mais a riqueza se expandir, mais as famílias serão prósperas.

Isto só é parcialmente verdadeiro, porque esta forma de entender o crescimento desvia a atenção dos bens para as mercadorias, e conseqüentemente para o dinheiro, de que nós precisamos para comprar estas mercadorias: trata-se de um “deslizamento”, com certeza funcional, do crescimento do PIB, e por conseguinte do dito “crescimento”. Mas seria necessário demonstrar que este deslizamento é funcional em absoluto para o crescimento do bem-estar das famílias.

Vamos ver porquê através de um exemplo, talvez banal, mas concreto.

Os vossos filhos vão a escola: na hora do lanche, os seus colegas tiram da mochila um *snack* que está na moda. Custa um Euro. Eles também gostariam de ter um assim, e vocês aceitam comprá-lo. Vamos analisar melhor. Antes de ter chegado ao supermercado, o *snack* percorreu milhares de quilómetros: o seu custo engloba então um consumo de combustível para o transporte, este consumo faz com que o aquecimento global (o efeito de estufa) aumente. Mais, desde a produção até ao consumo, há um lapso temporal, é preciso então tratar o lanche com produtos para o conservar, e estes são nocivos à saúde. Mais ainda, a confecção deste bem produz lixo: papel, plástico, alumínio, e é preciso escoá-los. E por último, o preço de um Euro não cobre apenas os custos directos (mão de obra directa, materiais, etc...), mas também uma quota-parte de custos indirectos (despesas administrativas, comerciais, de publicidade, etc...), custos de amortizações, etc...

Se, pelo contrário, vocês não cederem ao pedido dos vossos filhos, e fizerem vocês mesmos um bolo (com leite do produtor, ovos caseiros, farinha), uma fatia de bolo custará quase nada (menos de um Euro), terão consumido menos energia e não terão produzido resíduos. Só em Itália, produzem-se cerca de 120 milhões de toneladas de resíduos, sendo 30 milhões para o aterro. E claro! Uma fatia de bolo é bem mais saborosa do que um *snack* comprado. Mas há um problema: vocês estarão fora de moda e obrigarão os vossos filhos a não estarem também à moda! Então! Terão de lhes explicar isso desde a sua tenra infância. É verdade, estão contra a corrente, não contribuem para o crescimento, ou antes, contribuem para a diminuição do PIB. E no entanto será um decrescimento benéfico. Haveria muitos outros exemplos.

Acho que o decrescimento é um valor, e não é porque o economista francês Serge Latouche o diz, mas sim porque ele contribui, de um certo modo, para desfazer o nó que descrevi anteriormente. E sobretudo porque o seu objectivo está centrado na perspectiva da atenção dada aos pobres, porque o decrescimento respeita a ecologia, apela à sobriedade (a dos nossos idosos: a minha avó que trabalhou até aos seus últimos dias de vida, nunca tirou um dia de férias e no entanto era feliz), o decrescimento ajuda a construir comunidades capazes de encontrar soluções (como por exemplo, o consumo solidário). Para que o decrescimento seja sustentável, e não seja só um slogan, é então necessário rever as leis que regulam o mercado e a distribuição dos bens e das riquezas, mas também teremos de rever as relações entre os ricos e os pobres, assim como os mecanismos horríveis pelos quais elas se regem. O decrescimento tem portanto um sentido político, e seria bom se a família fosse incentivada a tratar da política antes que a política trate dela. Trata-se de um objectivo que tem em conta o bem-estar real, e não virtual, das pessoas.

O que nos leva ao quarto ponto da minha intervenção.

#### 4. A economia familiar

A palavra “economia” significa etimologicamente (do grego) orientação de uma casa. Ainda há pouco tempo a economia era de facto familiar. Cada família era simultaneamente unidade de produção e unidade de consumo, e ela geria as poucas poupanças que conseguiam para os anos de escassez. A remuneração monetária familiar era muito baixa, sobretudo no campo, o que provocou as seguintes consequências:

- 1) O mercado era muito pequeno, dada a modesta produção numa economia quase inteiramente rural. A revolução industrial deslocou a produção para fora do contexto familiar e, no Ocidente, o número de trabalhadores agrícolas passou para 5%.
- 2) A passagem da actividade agrícola para a actividade industrial foi difícil. Basta pensar na forma como era feito o recrutamento dos trabalhadores na indústria do algodão, como o descreveu Neil Smelser<sup>viii</sup>, com detalhes por vezes assustadores, sobretudo no que diz respeito às mulheres e crianças. Simultaneamente, a família pôde beneficiar de uma disponibilidade, sempre em evolução, de instrumentos para os trabalhos domésticos ou para o lazer. Tudo isso foi possível graças ao aumento da remuneração (que podíamos então gastar) e, pelo contrário, as remunerações geradas directamente da exploração familiar diminuíram.
- 3) E eis então que o mercado não tardou em vingar-se. Na realidade, não se limitou a crescer e a desenvolver-se no que se refere à quantidade, mas redefiniu uma cultura, realizando o que os sociólogos designam de *social change*, uma mudança social, na qual identifiquei dois elementos ligados ao nosso tema:
  - a) *O mercado redefiniu os papéis da família.* A economia familiar tinha como base o trabalho da família inteira, sem qualquer tipo de diferenciação entre os géneros (*gender*), o mercado desarticulou este modelo de trabalho criando duas figuras distintas no seio da família que, entretanto, passava a ser nuclear: o trabalhador (masculino), ou seja, o funcionário ou o quadro, trabalha no exterior, enquanto que a doméstica, a fada do lar, uma figura complexa com um papel de empreendedora (incluindo o de gerir o dinheiro da família) expropriada do estatuto de membro das classes laborais, trabalha dentro de casa. Hoje em dia o horizonte mudou, mas a dinâmica permanece a mesma.
  - b) *O mercado redefiniu, e continua a fazê-lo, os estilos da vida familiar,* não só num nível mais elevado do sistema, mas também quanto aos comportamentos do quotidiano, ao nível das pequenas escolhas que estão na origem da cultura. E aqui é necessário falar do problema da sobriedade.

Na realidade é um assunto que nos preocupa. Não gostamos de falar nele. Parece-nos impossível viver de uma forma diferente da actual. É estranho: quando a nossa televisão não está sempre ligada; ou quando nos sugerem desligar a electricidade da casa quando esta não é necessária; ou quando combinamos com três colegas de escritório usar apenas um carro em vez de quatro para ir para o trabalho; ou ainda economizar o gasto de água... É com dificuldade que alinhamos nesta perspectiva cultural. Não queremos compreender que estas economias influenciam não só o nosso orçamento familiar, a nossa carteira, mas têm também uma componente solidária, pois têm consequências benéficas sobre o ecossistema em geral.

A palavra “sobriedade” não significa “vida de eremita”. Ninguém nos obriga a viver nus no deserto, mendigando comida. Pede-se apenas para evitar os excessos: entre o homem das cavernas e o de uma sociedade supertecnológica apresentada pela nossa televisão, existe um meio-termo, compatível com a nossa liberdade e a nossa felicidade. A sobriedade é um valor que tem um sentido, sobretudo se é conjugada com outros valores. Um desses valores é a solidariedade, que, traduzido em linguagem sociológica, se chama *re-distribuição*.

Claro, a palavra “excesso” implica uma avaliação pessoal, mas existem regras válidas para todos. Por exemplo: quando vou ao supermercado, será que compro só o essencial, ou, pelo contrário, condicionado pela publicidade, ponho também no meu carrinho alguns produtos supérfluos? Será que me pergunto: “preciso de tudo isso?”. Esta pergunta tem um valor ético importante, ou seja, sou eu que decido o que quero comprar ou são os senhores e mestres que decidem? Os que detêm as televisões, os centros comerciais, o poder político. E mais ainda: se um dos meus pequenos electrodomésticos avariar, será que me coloco a questão de saber se tenho a possibilidade de o consertar ou de mandar arranjar? É-me mais conveniente deitá-lo fora e comprar um novo? Há produtos dos quais posso abdicar sem pôr em causa o meu bem-estar? Por exemplo: a água mineral engarrafa. Os italianos consomem cerca de 190 litros de água de garrafa por pessoa por ano. Conheço pessoas que usam a água mineral para cozinhar. E todos sabemos: a água potável é excelente em quase todo o lado: “potável” quer dizer boa para consumo. Cada garrafa de um litro e meio é composta por 40 gramas de material plástico, e para a produzir é necessário meio litro de petróleo. Logo, se só na Itália reduzíssemos para metade o consumo de água engarrafada, poderíamos recuperar 250 milhões de litros de petróleo. Tentem imaginar (ou calcular) a poupança que seria na Europa, no Japão, na China, na América, no mundo... para não falar na poupança familiar, assim como a redução dos resíduos. Enfim, a sobriedade ao nível individual é *uma forma de estar*, e podemos efectivamente falar em *identidade sóbria*, uma forma diferente de organizar a nossa vida social e familiar. Qual é então a característica de uma família sóbria? Dar-vos-ei uma definição com seis adjectivos. É uma família *simpática* mas sem amabilidades desnecessárias; *moderada* quanto aos consumos e à linguagem; *crítica*, para que ninguém os engane; *essencial*, nas suas escolhas; *poupada*, não por ambição de riqueza, mas sim para evitar os desperdícios; *sorridente*, ou seja, sempre à procura de boas notícias.

Somos chamados a viver mais simplesmente, para simplesmente permitir que outros vivam.

Eis a mensagem para uma economia familiar sábia.

## 5. Como podemos usar o dinheiro na família?

Temos de tirar uma conclusão. Não darei conselhos sobre a forma como usar o dinheiro na família. Longe de mim tal ideia. Não sou capaz, e claro, vocês não precisam. Dar-vos-ei só alguns pontos de referência para o vosso trabalho com os casais de noivos e casados.

1. O primeiro é radicalmente determinante. Acredito que uma família cristã não pode evitar uma escolha: estar sempre ao lado dos pobres. Não disse: “ser pelos pobres”, nem “em favor dos pobres”, mas estar ao seu lado, sem compromisso, nem acomodação. Aqueles que não se encontram nesta condição, têm o dever de reflectir nesta alternativa: se não estão ao lado dos

pobres, se estão ao lado dos ricos, nem que seja pelo voto, conseqüentemente estarão contra os pobres.

2. Hoje em dia existem muitas famílias cristãs, prósperas ou que apenas sobrevivem, que incluem no seu orçamento a palavra “solidariedade”. Isto é muito positivo. E no entanto, trata-se muitas vezes de uma espécie de rega por aspersão: um pouco para todos. Corremos o risco de cair num modelo de “assistência social” e criar dependentes. Mais valia incluir no seu orçamento um projecto a longo prazo e segui-lo. Ao lado da solidariedade imediata é, porém, necessária, uma solidariedade política, e ela deveria ser também introduzida no nosso orçamento. Tentem participar na vida social e no voluntariado e, garanto-vos, isto vos custará muito, não só porque é um trabalho que ocupa muito tempo, mas também tem custos em termos financeiros. Daí a necessidade de um orçamento.
3. Acredito que a família também tem o dever de adoptar um estilo de consumo sóbrio e selectivo. Consumir de uma forma pouco crítica, é ser cúmplice daqueles que exploram os pobres e empobrecidos deste planeta. Se no mercado compro um quilo de bananas, terei a obrigação de me interrogar sobre a quantidade de humilhação e de exploração que elas contêm; se compro roupa, seja uma peça normal como uma t-shirt, ou uma peça de luxo como um casaco de pele, ou sapatos que custam 570€(vi uns expostos numa loja da minha cidade), tenho, antes de tudo, o dever de me perguntar se me vai ser verdadeiramente útil! E, por consequência, não tenho o direito de agir segundo o meu bem-estar pessoal, nem de me refugiar no alibi de uma existência vivida no interior de uma ilha ainda feliz e com a ilusão de que o mundo trágico dos pobres, das crianças que morrem de fome e de sede nunca me pedirá explicações. Eles virão; estão a chegar para pedir uma restituição! E os homens políticos também, aqueles que cortam os subsídios de solidariedade ao terceiro mundo, aqueles que prometem ajudas aos países pobres só para poderem explorar os seus recursos energéticos, infelizmente. Não poderão desculpar-se! Queria acrescentar que as famílias – mesmo aquelas que têm salários ou reformas que mal chegam para sobreviver – deveriam pensar, talvez, numa questão: os jogadores de futebol e artistas que vão aplaudir, ganham todos mais em alguns dias do que nós num mês; deveriam reflectir sobre o facto de ser imoral apaixonarem-se pelas vicissitudes destes poucos náufragos milionários enquanto que os verdadeiros náufragos são afastados das nossas costas.
4. Estamos a passar por um mau período, um período de crise. Ela apanhou-nos todos desprevenidos, mas poderá ser útil: etimologicamente, *Krísis*, em grego, é a acção de distinguir e tomar uma decisão. Nós, membros da FICPM, temos um formidável instrumento para confrontar a crise. Vivemos tempos complexos e não existem soluções simples para problemas complexos. E, contudo, existe um argumento específico cristão para enfrentar estes problemas, com todos os outros homens e mulheres que caminham connosco. Nós adoptamo-lo e, assim o espero, não o pomos de parte. É o conhecido método do – *ver, julgar, agir*.

*Ver:* mesmo não estando preparados, será que essa situação não poderia ter sido prevista? Vivemos acima das nossas posses e mesmo assim agimos de forma a escandalizar os pobres que reparam na nossa conduta? Qual é a nossa tendência quanto ao consumo? Temos um olhar crítico, sobretudo em relação a nós próprios? Qual é o nosso nível de discernimento? Analisamos

os "sinais dos tempos"? Fazemos do dinheiro o nosso objectivo? Aceitamos e suportamos o escândalo da necessidade de se ter tudo, a qualquer preço? Contribuímos para a criação de uma cultura de exclusão? Qual é, para nós, o sentido e o valor da gratuidade. Sem gratuidade, não há esperança e o que Hobbes<sup>ix</sup> tinha profetizado: *homo homini lupus* (o Homem é o lobo do Homem) concretiza-se.

*Julgar*: qual é o julgamento dado pelo Evangelho quanto ao valor da gratuidade? Quanto às relações com os outros? Quanto aos actos de violência, de exploração para com os pobres, quanto às guerras entre pobres? Será que compactuamos na nossa Igreja, na nossa comunidade cristã, com esta traição quotidiana e contínua ao Concílio, que proferiu palavras muito claras sobre estes problemas?

*Agir*: é necessário tomar decisões simples, claras, pessoais; decisões concretas, dentro de um horizonte temporal: por exemplo, a partir de hoje até ao próximo congresso FICPM...

5. Acabo com uma última mensagem: temos de nos habituar a purificar a nossa linguagem.

A linguagem nunca é estranha à nossa visão do mundo. Deveríamos sempre chamar as coisas pelos seus nomes. Um desperdício é sempre um desperdício, não é um desvio agradável; se o meu vizinho foi suspenso do seu trabalho, quer dizer que perdeu o seu trabalho, que será posto de lado, demitido; se alguns dos nossos políticos desejam "exportar" a democracia para outro país, significa que desejam apropriar-se dos recursos daquele país objecto de interesse. Já que vivemos num período de crise, precisamos *ter* a coragem do pudor das nossas palavras e dos nossos comportamentos. Só graças a este pudor poderemos ter a possibilidade de olhar o outro de frente: o rosto é a parte mais dissuasiva e, ao mesmo tempo, mais reveladora de cada indivíduo face a mim, *um indivíduo* que, pelo seu rosto, me interpela e me julga.

Vejam só aonde me levou uma reflexão, mesmo extremamente sintética, sobre o uso do dinheiro na família? Não dei pequenas receitas, nem conselhos do género "correio dos leitores"; na realidade trata-se de uma reflexão, por vezes trágica - não pessimista, mas trágica com optimismo, como diria, mais uma vez, Mounier – sobre os temas mais complexos e sérios da existência humana, o que nos obriga a tirar a máscara. Como dizia o abade Primo Mazzolari: "quando é Carnaval, uma máscara a mais ou a menos não faz diferença, mas quando me encontro face aos dramas da vida, devo mostrar o meu rosto descoberto, o meu rosto de homem."

---

<sup>i</sup> *Antropologia social e cultural*, in *Etnologia Geral*, Enciclopédia da Pleida, Gallimar, Paris, p. 837.

<sup>ii</sup> Marcel Mauss (1820-1950, França) sociólogo e antropólogo, para ele a sociologia era uma ciência distinta, por exemplo, da psicologia, cujos objectos são as representações individuais, enquanto que na ciência social os objectos são as representações colectivas.

*Teoria geral da magia*, Einaudi, Torino, 1965.

<sup>iii</sup> Adam Smith (1723-1790, Escócia) economista e filósofo, considerado o pai da economia moderna. Defendia que a iniciativa privada deveria agir livremente, com pouca ou nenhuma intervenção governamental.

<sup>iv</sup> Comparar: Walter Benjamin, *Tese sobre a filosofia da História* (1940), em *Ensaio*, traduzidos do alemão e com prefácio de Maurice de Gandillac, Tomo II (1935-1940), Paris 1983.

<sup>v</sup> Não tenho espaço nesta comunicação para propor uma análise sobre a pobreza: limito-me a dizer que no Brasil, as Comunidades de Base, sempre muito atentas aos problemas referentes à pobreza, criaram a categoria dos empobrecidos para estudar este fenómeno na sua dinâmica emergente.

<sup>vi</sup> Este princípio foi enunciado por Paulo VI na *Popularum Progressio*. Nesta é dito: “Se a terra é feita para fornecer a cada um os meios para a sua subsistência e os instrumentos para o seu progresso, cada Homem tem também o direito de encontrar aquilo que precisa. Todos os outros direitos, incluindo o da propriedade e o do livre comércio, são subordinados a estes. (um comentário meu. Um Papa “comunista”, qualquer um diria).

<sup>vii</sup> Systeme d'échange local: são organizações sem fins lucrativos que organizam um sistema de troca de bens ou serviços que não utiliza a moeda oficial do país. Possuem uma moeda própria que tem como única função ser a troca e ser uma unidade de medida. Estas organizações são enquadradas nas economias solidárias e sociais.

<sup>viii</sup> Cf. Neil Smelser, *Mudança Social na Revolução industrial. Uma aplicação da Teoria na Indústria do algodão de Lancashire, 1770-1840*, Londres 1959.

<sup>ix</sup> Thomas Hobbes (1588- 1679, Inglaterra) foi um matemático, teórico político, e filósofo inglês, autor de *Leviatã* (1651) e *Do cidadão* (1651). Para Thomas Hobbes, a sociedade precisa de uma autoridade, para a qual todos os membros deveriam abdicar de parte da sua liberdade natural, de forma a que a autoridade possa assegurar a paz interna e a defesa comum.